

SINDROME DE DOWN E A INCLUSÃO SOCIAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Cláudia Alexandre Uema*
Suelen Vicente Vieira**

RESUMO

O presente estudo, de cunho bibliográfico, tem por objetivo identificar como ocorre a inclusão de alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física. A partir desta preocupação inicial, o trabalho vem para contribuir para reflexão sobre essa temática, pois além de algumas dificuldades que se encontra na inclusão de crianças com SD no ambiente regular de ensino no país, é presente a falta de preparo das escolas e dos professores. Com isso, o artigo apresenta a importância e a necessidade da comunidade escolar, como um todo, buscar novos conhecimentos e estratégias para melhor atender seus alunos, proporcionando-os uma gama de experiências motoras, cognitivas e sociais, levando sempre em consideração as capacidades de cada um para possibilitar o desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação Física. Síndrome de Down. Inclusão.

DOWN SYNDROME AND SOCIAL INCLUSION IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES

ABSTRACT

*Graduada em Educação Física e em Administração Pública pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós-graduada em Psicomotricidade no Contexto Escolar e em Educação Especial pelo Instituto Paranaense de Ensino e Faculdade de Tecnologia América do Sul. Endereço eletrônico: claudiauema@gmail.com.

**Doutora em Práticas Sociais em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Prefeitura Municipal de Maringá e Universidade Estadual de Londrina; Rua Santos Dumont, 1292, Zona 03, 87050-100, Maringá, Paraná, Brasil; suelen.vv91@gmail.com.

The present study, of a bibliographic nature, aims to identify how the inclusion of students with Down Syndrome occurs in Physical Education classes. From this initial concern, the work comes to contribute to the reflection on this theme, because in addition to some difficulties found in the inclusion of children with DS in the regular teaching environment in the country, there is a lack of preparation of schools and teachers. . With this, the article presents the importance and the need of the school community, as a whole, to seek new knowledge and strategies to better serve their students, providing them with a range of motor, cognitive and social experiences, always taking into account the abilities of each to enable development.

Keywords: Physical education. Down's syndrome. Inclusion.

1 Introdução

O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos nos ambientes de ensino, valorizando a diversidade e favorecendo a cooperação, independentemente de seu contexto social, econômico, cultural, ou de sua deficiência e habilidade (COSTA; SOUSA, 2004). Como componente curricular da educação básica, a educação física deve contribuir para a inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais, desenvolvendo a competência de todos e oferecendo as mesmas condições de acesso aos conteúdos, sem exclusão ou alienação e, com participação plena de todos os alunos, por meio de adaptações e estratégias (AGUIAR; DUARTE, 2005).

A inclusão social pode ser definida como o

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p.1 e p. 40).

Diante do exposto, o professor de educação física é um elemento essencial no desenvolvimento dos processos motores, sociais e afetivos dos alunos, haja vista que ele exerce uma função de facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Porém, Haiachi e Kumakura (2013) ressaltam que

Trabalhar com a diferença traz grandes problemas sociais, pois ao sair da 'zona da normalidade', as ações diárias passam a trazer à tona a incerteza e a insegurança de navegar por um universo desconhecido, onde as atividades devem ser administradas e planejadas em função das necessidades individuais da pessoa e não por um programa pré-estabelecido, mais conhecido como 'receita de bolo' (HAIACHI; KUMAKURA, 2013, p.43).

Dessa forma, o professor deve ter o conhecimento e a capacidade para trabalhar os aspectos motores, sociais, psicológicos e culturais com seus alunos. Uma vez que, de acordo com Maciel (2000, p. 56), "[...] a inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem necessidades especiais e o pleno acesso aos recursos da sociedade". Dessa maneira, temos a inserção de alunos com necessidades auditivas, visuais, motoras, e também com a Síndrome de Down (SD) no ambiente de ensino regular, e é possível ver a importância da atualização e o interesse do professor em buscar novas informações e conhecimentos. Por Síndrome de Down, entende-se uma alteração genética, que ocasiona mudanças no sistema motor, físico, intelectual e cardíaco dos indivíduos (BRASIL, 2013).

A partir desses levantamentos, vale ressaltar que a educação especial tem como objetivo promover o direito de escolha; incentivar a autonomia; desenvolver práticas de educação física, atividades físicas e sociais; desenvolver habilidades linguísticas; possibilitar o desenvolvimento cultural, artístico, social e profissional e; promover a interação social das crianças especiais (SILVA, 2002).

A escola deve proporcionar aos alunos a cooperação e a possibilidade de convivência com a diversidade e, a educação física deve contribuir para o desenvolvimento pleno do aluno, com consciência crítica, autônoma e corporal com o propósito de formar cidadãos preparados para a sociedade (De MARCO, 1995).

Desta forma, este artigo vem contribuir para reflexão sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down nas aulas de educação física. Haja vista a necessidade de ampliar o conhecimento a respeito da temática, conhecer quais os desafios enfrentados por essa criança, e a importância do professor se atualizar e transmitir atividades, práticas, incentivos e instruções para que os alunos tenham um melhor aprendizado e desenvolvimento.

2 INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL

A inclusão pode ser vista como um processo benéfico para as crianças com e sem necessidades especiais, uma vez que são desenvolvidos, por meio dela, concomitantemente valores como respeito, afetividade, solidariedade, e contribui para a autoestima, conscientização, socialização e motivação dos envolvidos.

No campo da educação,

[...] a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui currículo corrente, avaliação, os registros e os relatórios de aquisição acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (MITTLER, 2003, p. 23).

Nesse sentido, a inclusão dentro do sistema de ensino auxiliará no desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais, assim como das demais envolvidas neste processo.

A educação inclusiva no Brasil,

[...] visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art. 5º). No seu artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2004). No artigo 206, inciso 1, coloca como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2004). Em conformidade com tal Constituição, o Congresso

Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência e deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, 2004). [...] A Constituição não garante apenas o direito à educação, mas também o atendimento educacional especializado, ou seja, atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular, já que o ensino fundamental, cuja faixa etária vai dos sete aos 14 anos de idade, é uma etapa considerada obrigatória pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seus artigos 4º e 6º, e pela Constituição, artigo 208 (BRASIL, 2004) (LUIZ; BORTOLI; FLORIAN-SANTOS; NASCIMENTO, 2008, p. 498-499).

Visto isso, a Educação Especial, para o Ministério da Educação (MEC), é complementar e não substitutiva. Assim, o aluno com necessidade educacional especial (NEE) deveria estar no ensino regular e ser ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este último deve ser oferecido, preferencialmente, dentro das escolas comuns, porém também pode ser realizada fora da rede regular de ensino. Este AEE tem por objetivo formar um sujeito que se integra à escola, ao trabalho, à comunidade e aos demais grupos sociais.

Considerando as diretrizes para a educação especial, Guenther (2003) observa que:

A política de inclusão de alunos na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (GUENTHER, 2003, p.47).

Desse modo, a pessoa com necessidades especiais é um indivíduo repleto de potencialidades que devem ser trabalhadas. É preciso conhecer suas capacidades, seus limites, estimular e possibilitar atividades adequadas a fim de enriquecer e se desenvolver.

Maciel (2000), salienta que com a Conferência Mundial de Educação Especial, buscou-se o consenso para a formatação de educação inclusiva e de política de integração, tendo como ápice a “Declaração de Salamanca”, uma nova ação da ONU que reforça a necessidade da inclusão, a qual apresenta pontos importantes que servem de reflexão e mudanças na sociedade:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (UNESCO, 1994).

Assim, evidenciava que os países participantes deveriam construir um sistema de qualidade para todos e adequar as escolas a fim de acomodar a criança independente de suas condições intelectuais, sociais, físicas, culturais, emocionais e linguísticas. Promovendo, portanto, a inclusão escolar de todos no sistema educacional.

Além disso, a Declaração de Salamanca esclareceu a filosofia e a prática da inclusão e procedeu em um compromisso da maioria dos governos para assumir o trabalho com a educação inclusiva, abordando

[...] princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, ou seja, escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maneira das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (MOREIRA; MICHELS; COLOSSI, 2006, p. 22).

Ao entrarem para a escola, os alunos com necessidades educacionais especiais “terão que se integrar e participar obrigatoriamente de três estruturas distintas da dinâmica escolar: o ambiente de aprendizagem; a integração professor-aluno; e a interação aluno-aluno” (MACIEL, 2000, p 54). Além disso, a criança com Síndrome de Down que frequenta a escola regular, poderá adquirir conhecimentos cada vez mais complexos que auxiliarão no convívio com a sociedade e em sua formação como cidadão (SILVA, 2002).

Assim, os professores e as escolas precisam estar aptos a proporcionar e ajudar na inclusão social, a respeitar as fases de desenvolvimento das crianças, e estimular a motivação, juntamente com um ambiente favorável para a aprendizagem e crescimento de forma integral, tanto dos alunos com necessidades especiais como aqueles ditos normais.

3 OS SIGNIFICADOS PRESENTES NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Síndrome de Down é uma síndrome genética ocasionada por um erro na distribuição dos cromossomos durante a divisão celular do embrião, resultando, na maioria das vezes, na trissomia do cromossomo 21, ou seja, três cópias dele em vez de duas. Outras alterações genéticas da Síndrome de Down são o mosaïcismo, translocação cromossômica ou trissomia 21 simples (COELHO, 2016).

Kozma (2007) aponta que a Síndrome de Down é caracterizada por um atraso no desenvolvimento motor e intelectual. Coelho (2016) destaca que é comum verificar em pessoas com Síndrome de Down um atraso mental, dismorfia facial e hipotonia muscular generalizada, além de podem apresentarem múltiplas condições médicas associadas.

Algumas características de pessoas com Síndrome de Down são a baixa estatura, hipotonia, cardiopatia congênita, mãos pequenas e largas com prega palmar única, excesso de pele na nuca, cabelo liso e ralo, olhos distantes um do outro, nariz pequeno com base nasal achatada, baixa implantação das orelhas, face larga e achatada, língua projetada para fora da boca, palato ogival, hiper flexibilidade das articulações e genitais hipodesenvolvidos (PUESCHEL, 1999; SCHWARTZMAN, 1999), porém nem todos apresentam estes fenótipos.

Além destes aspectos, a pessoa com Síndrome de Down apresenta comprometimento no desenvolvimento da linguagem, esta que se constrói por meio da interação social (SCHWARTZMAN, 1999). Entretanto, a pessoa com Síndrome de

Down tem a capacidade de se desenvolver e realizar as atividades diárias (SILVA, 2002), desde que seja estimulada adequadamente.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola regular tem sido um desafio para o século XXI, nos diferentes sistemas e níveis educativos. A presença da pessoa com necessidades educacionais especiais na escola presume em algumas mudanças, como modificação no currículo, na avaliação, nos procedimentos de ensino, enfim, em todas as áreas do sistema escolar (AGUIAR; DUARTE, 2005).

No final dos anos 50 no Brasil, a Educação Física começa a se preocupar com atividades físicas para pessoas com necessidades especiais, com a finalidade de prevenir doenças utilizando exercícios preventivos e corretivos. Mais tarde, a Educação Física Adaptada veio como um programa diversificado com atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos (PEDRINELLI, 1994).

De acordo com Costa e Souza (2004), a educação física objetivava um modelo de corpo saudável e perfeito, porém a Educação Física Adaptada não seguia esse padrão, tomando caminho distinto. No entanto, considerando os novos rumos da educação especial do século XXI, englobando a inclusão, a educação básica e a inclusiva passaram a se desenvolver juntas, mesmo sabendo da incompatibilidade dos objetivos de cada uma.

A partir dessa reflexão, podemos dizer que a Educação Física e a Educação Física Adaptada não se diferenciam em seus conteúdos, todavia esta compreende métodos e processos com planejamento que podem ser aplicados à pessoa com necessidades especiais e pretende atender as dificuldades e carências de seus alunos. Assim, Pedrinelli e Verenguer (2005) frisam que a Educação Física Adaptada é uma parte da Educação Física, cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional na população que apresenta condições diferentes e próprias para a prática de atividades físicas.

Além disso, é de suma importância levar em consideração a inclusão não apenas daqueles que possuem alguma necessidade especial, mas também

[...] todos aqueles excluídos sociais, tem que trabalhar no mesmo espaço e tempo com as crianças que possuem as mais diferentes formas de habilidades, capacidades, comportamento e história de vida (COSTA; SOUSA, 2004, p. 38).

Nesse sentido, ressaltamos que a atividade física e desportiva, desde os anos 80, tem crescido com o propósito de promover a integração social da pessoa com necessidades educacionais especiais (COSTA; SOUSA, 2004). A integração social ocorria e ocorre de três modos,

1. Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum, etc. 2. Pela inserção daquelas pessoas com deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não deficientes. 3. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade [...] (SASSAKI, 1997. p. 34).

Dentre os modos de integração social trazidas, nenhuma delas contém totalmente os direitos de todas as pessoas com necessidades especiais, devido a pouca ou nenhuma modificação de atitudes, espaços físicos e, práticas sociais da sociedade.

Contudo, alguns estudos mostram a inclusão de crianças com Síndrome de Down em escolas comuns, como por exemplo, a pesquisa de Buckhey e Bird (1998) que mostrou alunos com Síndrome de Down que tiveram melhora quando incluídos no ensino regular, mesmo apresentando um nível maior de dificuldade. Outro estudo, organizado por Holden e Stewart (2002) aponta um melhor engajamento em grupos sociais, daquelas pessoas com necessidades especiais que estudam em escolas de ensino comum. Isso mostra que a escola inclusiva tem mais consciência das necessidades de seus alunos, proporcionando, assim, uma maior flexibilidade, adaptação e, mudanças a fim de preparar os alunos para a sociedade como sujeitos autônomos.

Visto isso, a interação social é fundamental para o desenvolvimento do homem, haja vista que o ser humano necessita de contato com outras pessoas. Com esta relação se tem novas experiências, habilidades e conhecimentos, desenvolvendo, principalmente, a linguagem. Partindo de uma criança, a comunicação, o contato físico e a interação se dão pelo brincar, e este promove maior desenvolvimento motor, social e psicológico, prazer, criatividade, experiências, entre outros aspectos favoráveis à criança (FANTIN, 2000).

Ademais, a motivação dos alunos é um elemento muito importante em ser levado em consideração, o qual deve ser preocupação dos professores e da escola em geral, uma vez que de acordo com os objetivos e situações em que cada um está inserido, pode aumentar a motivação em se envolver, participar, ajudar o outro, querer uma aula melhor, entre outros fatores que favorecem a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física.

A pesquisa de Silva e Ferreira (2001) aplicou o teste de coordenação corporal para crianças, TKT, em 9 crianças com Síndrome de Down entre 6 e 10 anos e verificou que o equilíbrio é um elemento muito importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem, o qual também está relacionado aos saltos monopodais. Além disso, as crianças se cansavam rapidamente devido à má formação cardíaca. Nesse sentido, vê-se a importância de se trabalhar exercícios físicos com crianças com Síndrome de Down para resultar em melhoras no desenvolvimento e coordenação motora.

Sendo assim, a educação física deve compreender tanto as limitações quanto as capacidades de todos os alunos, inclusive daqueles com algumas necessidades educacionais especiais, assim, auxiliando-os na busca de uma melhor adaptação e inclusão.

4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O aluno com necessidades educacionais especiais era ou ainda é dispensado das aulas de educação física, privando-o assim de ter diversas experiências motoras, cognitivas e sociais, as quais farão falta em seu desenvolvimento. Considera-se que a inclusão de pessoas com necessidades especiais ainda não é totalmente efetiva nas escolas devido à diversas situações, como o preconceito de professores e alunos e à falta de informação (GORGATTI, 2005). Assim como Haiachi e Kumakura (2013) destacam,

O preconceito, seja de raça, cor, religião ou de gênero é ainda o grande desafio do mundo moderno. Ainda não estamos preparados para aceitar as coisas que fogem da 'normalidade'. Por isso que aceitar a individualidade e entender que as pessoas não são iguais, é um conceito antigo, mas que até hoje precisa ser melhor compreendido (HAIACHI; KUMAKURA, 2013, p. 46).

Deste modo, uma das condições fundamentais para o sucesso da inclusão de pessoas com Síndrome de Down na escola é a cooperação dos professores, devendo este proporcionar condições favoráveis para melhor desenvolvimento e inclusão. Haja vista que “a inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade” (MACIEL, 2000, p. 56).

Além disso, define-se inclusão social como,

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p.1 e p. 40).

Para isso, a escola deve investir no treinamento e incentivar na qualificação profissional dos professores e equipe, a fim de capacitá-los a lidar com a criança com Síndrome de Down. Diante disso, Freitas e Cidade (1997) citam que a falta de informações e conhecimento por parte dos profissionais em sua formação acadêmica, resulta na dificuldade dos professores em lidar com a inclusão dentro das escolas.

Nesse sentido, os professores precisam estar preparados para criar algumas estratégias metodológicas para a inclusão social de pessoas com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física. A inclusão dos alunos nas aulas de educação física deve considerar a valorização da diferença e, das potencialidades de cada um.

Haiachi e Kumakura (2013) retratam a importância das atividades a serem desenvolvidas, independente de raça, sexo ou deficiência. Os autores destacam que deve ser valorizada a cooperação e o respeito ao próximo, assim, busca-se:

[...] estimular a independência e a autonomia; promover a socialização e integração com outros grupos; despertar a autovalorização, a autoestima e a autoimagem; incentivar a superação de situações de frustração; oportunizar experiências que considerem as possibilidades, as potencialidades e as limitações dos participantes (HAIACHI e KUMAKURA, 2013, p. 46).

Uma das possibilidades é a educação psicomotora que pode auxiliar a evitar vários problemas no decorrer da vida. Ela é vista como a educação da criança por meio de seu próprio corpo e movimento, ademais

A criança é vista em sua totalidade e nas possibilidades que apresenta em relação ao seu meio ambiente. Assim, a educação física e a psicomotricidade completam-se, pois a criança ao praticar qualquer atividade usa o seu todo; mesmo sendo regida, predominantemente, pelo intelecto, a educação psicomotora atinge a criança na sua totalidade (MOLINARI; SENS, 2003, p.91).

Assim, é de suma importância o trabalho do desenvolvimento motor, o qual está relacionado à idade cronológica e pode ser visto como um processo contínuo e sequencial, pelo qual o ser humano adquire uma gama de habilidades motoras durante toda sua vida (TANI; MANOEL; KOKUBUN; PROENÇA, 1988). Haja vista que uma das finalidades da educação física é o incentivo à prática do movimento em todas as fases da vida de uma criança, contribuindo para aqueles com Síndrome de Down por meio da melhoria da hipotonia, tônus muscular baixo, progressão em seus movimentos, desenvolvimento e força (KOSMA, 2007).

Diante do exposto, o professor precisa estar atento às capacidades de cada um, e estar apto a adaptar ou adotar diferentes estratégias nas atividades a fim de

atender as necessidades dos alunos, de acordo com o comprometimento motor, cognitivo ou social. Com isso, as atividades devem desafiar os alunos, promover a autonomia e o potencial (HAIACHI; UMAKURA, 2013).

Ainda segundo os autores supracitados, a comunicação, o tipo de auxílio e, a troca de informações entre professor/aluno são importantes para melhor aprendizagem. A comunicação faz-se importante para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno, podendo usar outros recursos como gestos, sons expressões faciais e corporais para facilitar e tornar a comunicação mais significativa. O tipo de auxílio pode ser por ajuda verbal, por demonstração, por figuras etc. Em relação à troca de informações entre professor/aluno, é visto a importância do feedback, ou seja, saber como os alunos estão se sentindo na aula, nas atividades, se estão gostando, o que pode ser melhorado etc.

O Ministério do Esporte (2009) traz algumas questões interessantes a se considerar no contexto da atividade física, como:

[...] tente acolher as crianças deficientes e apreciar o desafio que elas representam; faça perguntas às crianças sobre suas necessidades; permita que as crianças trabalhem juntas para adaptar às atividades; quando tentar integrar jovens/ crianças com deficiência podem ser apropriado para alguns trabalhar em diferentes atividades. Isso pode ser discutido em grupo. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2009, P. 15).

Além disso, Le Boulch (1983) explana a necessidade de propiciar à criança a oportunidade de se desenvolver da melhor maneira possível, por meio de atividades que auxiliem a organização do seu comportamento sensorio motor e sua formação social em um ambiente propício.

Outrossim, uma forma de promover a inclusão nas aulas de educação física é proporcionar situações em que os alunos, ditos normais, se coloquem no lugar do aluno com Síndrome de Down para haver a troca de experiências, com isso eles possam dar maior importância às pessoas e às diversidades (OLIVEIRA; PERIM, 2009).

É importante ressaltar a necessidade de as crianças receberem diversos estímulos para aprimorarem seu desenvolvimento. Com isso, o professor deve ter a

sensibilidade de adequar a atividade e estimular a participação prazerosa na atividade.

Nesse sentido, para obter melhores resultados nas aulas de Educação Física deve-se considerar todos os pontos mencionados quanto às necessidades dos alunos com Síndrome de Down, além de sua deficiência intelectual, que para McConnaughey e Quinn (2007) pode levá-lo a ter dificuldades de concentração por longos períodos de tempo, bem como a motivação inferior que as outras crianças. Com isso, vê-se a necessidade de aulas mais dinâmicas e repetitivas para que a criança aprenda.

5 CONCLUSÃO

A educação física é importante na vida dos alunos, uma vez que os seus conteúdos são fundamentais para o desenvolvimento global do indivíduo e, proporciona que a criança conheça seu corpo, suas capacidades e possibilidades. Além disso, esse componente curricular visa promover melhoria nos movimentos, na flexibilidade, na hipertrofia, na psicomotricidade, na motivação, na autoestima, no fortalecimento, na educação, enfim, no indivíduo como um todo.

Respeitar as diferenças individuais, vistas como características individuais do ser humano é fundamental para a inclusão social das crianças com Síndrome de Down no ambiente escolar regular. Ademais, a garantia de acesso à educação especial às crianças com Síndrome de Down requer uma política de respeito às diferenças individuais e, profissionais dispostos a fazer o melhor.

Deste modo, é essencial buscar conhecimento e novas formas de integrar e incluir os alunos, e para isso mudar de atitude requer conhecimento de si, do outro e do mundo. Diante destes aspectos, é possível perceber que não há um método ideal ou perfeito para inclusão de alunos com Síndrome de Down, mas o professor e a escola devem sempre estar atentos e dispostos a remover barreiras e promover a participação de todos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. DUARTE, E. **Educação inclusiva**: um estudo na área da educação física. Ver. Bras. Ed. Esp., Marília, v.11, n.2, p.223-240. Mai.-Ago. 2005.

BRASIL/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva organizadores. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. 1. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf. Acesso em: 30 de ago. 2022.

BUCKLEY, S., BIRD, G. **Including children with Down syndrome**. Down Syndrome News and Update., v.1, n.1, p.5-13, 1998.

COELHO, C. **A Síndrome de Down. Psicologia**. pt. 2016. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0963.pdf>>. Acesso em: 25 de ago. 2022

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. **Educação física e esporte adaptado**: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.

De MARCO, A. **Educação física ou educação motora?** In: _____. (Org.). Pensando a Educação Motora. Campinas: Papirus, 1995. p. 27-35.

FANTIN, M. **No mundo da brincadeira**: Jogo, brinquedo e cultura na educação infantil. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FREITAS, P.; CIDADE, R. E. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência**: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus. Uberlândia: Breda, 1997.

GORGATTI, M. G. **Educação física escolar e inclusão**: Uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. São Paulo: 2005.

GUENTHER, Z. C. **O aluno bem-dotado na escola regular**: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. In: Revista Escritos sobre Educação, Ibirité, vol. 2, n.1, p.43-54, jan-jun, 2003.

HAIACHI, M. C.; KUMAKURA, R. S. Celebrar a diferença e promover a igualdade no Recreio nas Férias. In.: OLIVEIRA, A. A. B.; COUTINHO, S. S. **Recreio nas férias: PST 10 anos, celebrar com sustentabilidade**. Maringá: EDUEM, 2013, p. 41-50.

HOLDEN, B.; STEWART, P. **The inclusion of students with Down syndrome in New Zealand schools**. Down Syndrome News and Update., v.2, n.1, p.24-28, 2002.

KOSMA, C. O que é síndrome de down? In: STARY-GUNDERSEN, Karen. **Crianças com síndrome de down: guia para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LE BOULCH, J. **Psicomotricidade**. Uberlândia: Universidade Federal Uberlândia, 1983.

LUIZ, F. M. R.; De BORTOLI, P. S.; FLORIA-SANTOS; M.; NASCIMENTO, L. C. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.14, n.3, p.497-508, 2008.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência: A questão da inclusão social**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, Abril/Junho 2000.

MCCONNAUGHEY, F; QUINN, P. O. O desenvolvimento da criança com síndrome de Down. In: STARY-GUNDERSEN, K. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Caderno de apoio pedagógico do programa segundo tempo** – repertório de atividades para a iniciação esportiva: movimentações e habilidade; aplicação em jogos; jogos de invasão; jogos de rede e de parede e jogos de bater e de lançar, 2009.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOLINARI, A. M. P.; SENS, S. M. **A educação física e sua relação com a psicomotricidade**. Revista PEC, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 85 – 93, jul. 2002-jul 2003.

MOREIRA, H. F.; MICHELS; L. R.; COLOSSI, N. **Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior**. Revista Escritos sobre Educação. Ibitité, v.5, n.1, p.19-25, jan.-jun. 2006.

OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. In: MARQUES, A. C.; CIDADE, R. E.; LOPES, K. A. T. **Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo**. Maringá: Eduem, p. 115-161, 2009.

PEDRINELLI, V. J. Educação física adaptada: conceituação e terminologia. In: PEDRINELLI, V. J. **Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: MEC/Sedes, 1994. p. 7-10.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. São Paulo: Manole, p. 1-27, 2005.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Campinas: Ed. Papirus, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMAN, J. S. et al. **Síndrome de Down**. São Paulo: Ed. Memnon, 1999.

SILVA, D. R.; FERREIRA, J. S. **Intervenções na educação física em crianças com síndrome de down**. Revista da Educação Física/UEM. Maringá, v. 12, n. 1, p. 69-76, 1. sem. 2001

SILVA, R. N. A. A educação especial da criança com Síndrome de Down. In.: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em: 05 set 2016.

TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. E. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 02 set. 2016.